

ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA  
INTERNACIONAL

Antonio Firmino de Oliveira Neto<sup>1</sup>  
Quelim Daiane Crivelatti<sup>2</sup>

**RESUMO:** Os interesses despertados pelos estudos sobre o território, enquanto concretude do espaço geográfico, não está nele em si, nem tampouco na noção simplista de que o território seja apenas aquilo perceptível na paisagem ou que ele seja somente o reservatório de onde o homem retira os meios materiais para sua sobrevivência. Os interesses, neste artigo, caminham pela análise do território como expressão de forma, conteúdo e poder. Nesse sentido, os agentes dos serviços públicos federais que atuam na fronteira, mas que são oriundos de outras localidades enfrentam dificuldades na adaptação em função da falta de identificação com o lugar e, conseqüentemente, de lidar com as formas, os conteúdos e os poderes, inerentes às complexidades próprias de regiões de fronteira. Os ambientes de fronteira exigem daqueles que para lá migram, uma nova forma de olhar e entender a fronteira. Para contribuir com os estudos sobre as regiões de fronteira é que este texto visa fazer uma discussão sobre o cotidiano do agente público das agências de esfera nacional, oriundo de outro lugar, que atua em região de fronteira, levando em consideração as relações que ele estabelece com território, espaço e cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira; Território; Cotidiano; Agentes públicos; Fronteira Brasil-Bolívia; Fronteira Brasil-Paraguai.

**ABSTRACT:** While considering the real geographic space, aroused interests focused on territory studies neither are based on the territory itself, nor on the simplistic sense that the territory should be something noticeable in the landscape or only a reservoir from where men take

<sup>1</sup> Doutor em Geografia, professor da UFMS/Câmpus de Aquidauana, docente do Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS/Câmpus Pantanal.

<sup>2</sup> Advogada, Mestranda do Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS - Câmpus do Pantanal.

material resources for survival. In this article, the interests go through the territory analysis as an expression of form, content and power. Therefore, federal public officers working on the border, who came from other regions, face adaptation difficulties due to the lack of identification with the area and, as a consequence, cannot handle forms, contents and power related to the typical complexities of a border area. Border environments demand a new way of looking and understanding the frontier by those who migrate to that region. In order to contribute with studies related to frontier regions, this text aims to discuss about the daily life of a national public officer, coming from other states and working on a border area, taking into account established relations with territory, space and routine.

**Keywords:** Frontier; Territory; Daily life; Public officers; Brazil-Bolívia borderline; Brazil-Paraguai borderline.

### Introdução

A delimitação de uma área geográfica para estudos, como uma região de fronteira entre dois países, não deve se restringir apenas à discussão dos aspectos de sua paisagem (natural ou construída) ou das pessoas que nela residem. Para entender a fronteira, a discussão deve ir muito além e se aprofundar nas relações existentes entre os diversos fatores econômicos, sociais e culturais, incluindo aí a relação dos indivíduos com o território que ocupam. Isso porque o que caracteriza de fato a fronteira são as diversas relações singulares que nela se manifestam principalmente as ações cotidianas.

Algumas dessas relações próprias da fronteira são bem evidentes, como a intensa movimentação de mercadorias, bens, dinheiro e pessoas de um lado para o outro do limite internacional ou as que são estabelecidas entre o ser fronteiriço e o território que ocupa e produz. Outras relações são deveras sutis, como aquelas estabelecidas (ou não) pelos seres fronteiriços “do lado de cá” com os seres fronteiriços “do lado de lá”, que abrangem inclusive a situação de um indivíduo não fronteiriço que passa a residir e viver na região e a relacionar-se com toda

ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL  
a complexidade inerente ao local.

Diante dessa realidade peculiar é que o presente texto objetiva discutir sobre o cotidiano do agente público das agências de esfera nacional, oriundo de outro lugar, que atua em região de fronteira, levando em consideração as relações que ele estabelece com território, espaço e cotidiano. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico, mas que, para auxiliar no entendimento do objetivo proposto, levará em consideração algumas observações empíricas e um conjunto de entrevistas previamente realizadas.

### **Algumas considerações sobre território, cotidiano e lugar**

O interesse de estudo sobre o território, enquanto concretude do espaço geográfico, não está nele em si, nem tampouco na noção simplista de que o território seja apenas aquilo perceptível na paisagem ou que ele seja somente o reservatório de onde o homem retira os meios materiais para sua sobrevivência. Preferimos partir da idéia de Milton Santos (1994), para quem: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo do espaço humano, espaço habitado”. Portanto, neste artigo o território será analisado como expressão de forma, conteúdo e poder. Ainda segundo Santos (1994, p. 15):

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.

Para o melhor entendimento dessa problemática, partimos do pressuposto de que o território é constituído na relação entre os homens e deles com a natureza e de que é da natureza que o homem retira todos os recursos que possibilitam a sua existência social. Ou seja, é no processo contínuo de uso dos recursos naturais que o homem transforma a natureza para a satisfação de suas necessidades, transformando a natureza em objetos que lhe sejam úteis e o espaço em que vive em território, constituído, desta forma (o território), como a base da vida social. Percebe-se, portanto, que para o estudo da fronteira, o território deve ser discutido no mesmo sentido dado por Santos,

*Antonio Firmino de Oliveira Neto e Quelim Daiane Crivelatti*

pois o que o torna um objeto de interesse de estudo não é ele por si, mas o uso que as pessoas fazem dele e do impacto em suas vidas.

Oliveira Neto vai além, ao afirmar que o processo de utilização do território não é feito apenas em benefício próprio do indivíduo que faz uso da natureza, mas que:

Ao transformar a natureza do seu território usado, o indivíduo, além de produzir os bens materiais que satisfaçam as necessidades do seu grupo, contribui, inexoravelmente, para a produção da materialidade dos outros grupos com os quais faz qualquer tipo de troca. (OLIVEIRA NETO, 2009, p. 52).

Ora, a afirmação do autor é plenamente verificável na fronteira, uma vez que dois grupos portadores de costumes, legislações, hábitos, etc. tão diversos, convivem no mesmo espaço, na mesma natureza, mas pelo uso diferente que fazem da natureza, o território de ambos será diverso. Entretanto, pela proximidade geográfica e pela intensidade em que as trocas se dão, a ação de um grupo trará impacto para a existência do outro grupo.

Sobre esse tema, alguns exemplos observados na fronteira Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai, em Mato Grosso do Sul, podem ser citados: as queimadas que são produzidas anualmente na região do Pantanal e as suas consequências (fumaça causando problemas de saúde, a fuga dos animais silvestres, entre outros) são sentidas em ambos os lados da fronteira, independentemente de onde a queimada tenha se originado. Da mesma forma os focos de mosquito da dengue, que não “reconhecem” os limites internacionais, infectando fronteiriços bolivianos e brasileiros ou ainda as doenças de aftosa do gado paraguaio que põe em risco todo o controle praticado no lado brasileiro e vice e versa. Em ambas as situações, qualquer ação tomada ou qualquer omissão de uma ação a ser tomada pelos indivíduos ou pelos órgãos estatais terá efeitos nos territórios, tanto da sociedade brasileira, quanto das sociedades boliviana e paraguaia.

Durante o processo de utilização da natureza e do território em benefício individual e do grupo, são criados alguns hábitos e costumes que são próprios do grupo, transformando-se em características próprias do lugar. Nesse sentido, pode-se

ARTIGO

ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

observar que é pela “vida vivida” que um grupo social cria as características próprias do lugar onde vive, como os costumes, os hábitos, as tradições, o jeito das pessoas, as normativas (leis) e o convívio. Essas características atestam uma singularidade ao lugar, e são perceptíveis aos indivíduos chegados de outro lugar.

Carlos (1996) afirma que o lugar somente pode ser definido e entendido a partir das relações da vida cotidiana. Para a autora, as relações de vizinhança, as relações com os amigos e conhecidos, o caminhar pelas ruas, o comprar na feira e outros pequenos atos corriqueiros criam laços de identidade entre o indivíduo e o lugar, induzindo, desta forma, a idéia de que é o cotidiano que define o lugar.

Vejam! Toda relação social é uma relação de trocas, que é a possibilidade de intercâmbio entre duas ou mais pessoas e uma relação de troca (não necessariamente de mercadorias) necessita de um lugar específico (ex: educação – escola). Em outras palavras, para que as relações possam se desenvolver é necessária uma espacialidade e uma temporalidade, entendendo, para isso, que não existe espaço e tempo indissociados. Se as relações acontecem num espaço e num tempo, o uso do espaço significa o emprego do tempo e o tempo significa o uso do espaço.

Desta forma, espaço e tempo, mesmo constituindo-se elementos da natureza, se revelam como componentes de uma prática sócio-espacial, que é mediada pelo uso. Daí pode-se afirmar que o homem, que também é um elemento da natureza, se relaciona com o mundo por meio do seu corpo, utilizando-se dos seus sentidos; dito de outra forma, é por meio dos seus sentidos e do tempo, que o homem se apropria do espaço, constituindo desta forma, o lugar.

Ainda para Carlos, a tríade *habitante-identidade-lugar* deve ser utilizada para analisar e entender o lugar. Mas, é possível ampliar a discussão utilizando-se da idéia de Milton Santos de que:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base para a vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão e espontaneidade (SANTOS 2012, p. 322).

Se concordarmos com Santos de que o que define o lugar são as relações de cooperação e conflito, isto se torna mais perceptível onde o diferente – seja ele o costume, os hábitos, a tradição, as pessoas, a lei, etc. – convive diariamente. Nesse sentido, a fronteira é um lócus onde as diferenças são mais perceptíveis, onde o contraste torna senso comum à percepção de que o “outro” é diferente e, conseqüentemente, alheio ao “meu” território. A língua, as vestes e até a compleição física reforçam este entendimento, ainda que momentaneamente transitem um no território do outro, dando a impressão de que ocupam (ou pertencem) o mesmo território.

Além da percepção vivenciada pelos que são pertencentes aos grupos envolvidos (interna), existe uma percepção que apenas quem está “de fora”, e possui o distanciamento necessário, pode verificar (externa). Assim, indivíduos que passam a viver numa área de fronteira, identificada como o local que não seja o seu “lugar”, percebem singularidades ainda maiores em relação às diferenças da fronteira.

Neste sentido, Carlos, comentando o entendimento de Milton Santos sobre o lugar, afirma que:

[...] existe uma dupla questão no debate sobre o lugar. O lugar visto “de fora”, a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico e o lugar visto “de dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir o seu sentido. Para o autor, o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica está presente na configuração atual do território), a densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido) a ideia de densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também, em função da densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório) (CARLOS, 1996, p. 19-20).

Em sentido parecido Nogueira, ao discutir como diferentes pessoas e instituições veem a fronteira, afirma que existem diferentes percepções sobre a fronteira, partindo do ponto de vista do observador:

Nossa abordagem sobre esta fronteira parte da existência simultânea de três concepções fronteiriças: uma fronteira controlada, em que ambos os países exercem seu controle a partir de aparatos militares; uma fronteira percebida, em que discutimos a visibilidade distinta

**ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL**

desta região de fronteira por ambos países; e uma fronteira vivida, em que apresentamos a vida cotidiana de uma sociedade fronteiriça que sabe apropriar-se das diferenças entre os Estados-nacionais (NOGUEIRA, 2004, p. 1).

Ambas as definições de como é possível perceber, ou ver a fronteira, se mostram corretas, uma vez que isso depende do ponto de vista do observador. Mas, ao direcionar o estudo à fronteira vivida e à fronteira percebida, podemos perceber quantas opiniões equivocadas são formadas em relação a esse lugar.

Ainda na perspectiva da busca conceitual sobre o lugar, Carlos (2007) também pressupõe a existência do *não-lugar*, que perpassa pela não vivência, ou pela existência de lugares que não possibilitem a sua apropriação por quem nele transita ou trabalha. Para a autora, a ideia de não-lugar não significa a negação do lugar, mas de um lugar para ser consumido imediatamente:

Na realidade vamos construir esse conceito no plano das contradições do espaço, como consequência direta da relação contraditória entre valor e uso. [...] Assim, as parcelas do espaço-produto (social e histórico) apresentam-se enquanto trabalho materializado acumulado a partir de uma série de gerações, e nesse caso específico o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de uma multiplicidade de usos (não podemos esquecer que todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado), como decorrência do fato de que o processo de produzir/reproduzir o espaço é também um ato de apropriação. Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, conseqüentemente, de apropriação. (CARLOS, 1996, p. 104/105).

Na relação dialética estabelecida no processo de produção e reprodução do espaço, o sentido do espaço produzido que possibilita a apropriação é superado pela noção do espaço para consumo. Trata-se do espaço do não reconhecimento, trazendo como consequência ao indivíduo, o sentimento de não pertencimento, faltando ao lugar uma ligação que possibilite que ele seja "vívido", e não apenas "percebido". Se o lugar se caracteriza pelo uso, pela apropriação e pela identidade, um "espaço que não se pode definir nem como identitário, nem

como relacional, nem como histórico, definirá o não-lugar” (CARLOS, 1996).

A produção do espaço é resultante do processo geral de produção da humanidade, enquanto a reprodução refere-se à acumulação do capital por meio da reprodução do capital, pois só pode ser reproduzido o que anteriormente foi produzido pelo trabalho humano. Portanto, o processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado pela sociedade. Assim, o processo de reprodução envolve a produção da humanidade, ou seja, da produção da vida material no seu sentido mais amplo. E, cada vez mais, esse processo ocorre fora da fábrica, na vida cotidiana, contribuindo para a constituição da identidade e do lugar.

Por outro lado, o processo de reprodução (do capital) transforma tudo em mercadoria, o lazer vira turismo, os jogos viram espetáculos, as festas viram festivais, etc., transformando o homem em elemento passivo. Por esse motivo, o indivíduo é transformado em não agente, ou naquele que consome o espaço sem dele se apropriar.

Como exemplo de indivíduo que personifica essa ideia, Carlos (*op. cit.*) cita o viajante (turista), na medida em que ele está de passagem pelo lugar e não tem tempo hábil para assimilar e reproduzir as características do lugar. Ou os *resorts* que, para a autora, são “*verdadeiros paraísos artificiais*”, e apresentam-se como simulacros, vendidos pela atividade turística como mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida. Viajantes e *resorts* são, de fato, para a autora, os melhores exemplos dos não-lugares.

De certa forma, os agentes públicos que atuam nas fronteiras, mas que não são do lugar, estão no meio termo entre o lugar e o não-lugar. São indivíduos transferidos de outras localidades para a fronteira e que, na maioria das vezes, se apresentam como aqueles que vieram para ficar pouco tempo. Essa condição transforma-os mais em consumidores do espaço em que vivem do que em produtores desses espaços, já que existe sempre a expectativa de uma nova transferência ou da volta para o seu lugar.

### **Agentes públicos que atuam na fronteira: Percepção ou vivência?**

Como já relatado, fronteiras são espaços singulares, onde

**ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL**

a movimentação e as trocas se mostram intensas. São lugares que possuem singularidade ainda mais ressaltada quando comparada com outros lugares. Existem características das fronteiras que somente são percebidas nas fronteiras. Mais que isso, algumas características de uma fronteira não se repete em outra fronteira.

Além disso, a produção do lugar está intimamente ligada ao sentimento de pertencimento, a certa identidade, que são criados (pertencimento e identidade) por meio da vida cotidiana. Esses sentimentos apenas tornam-se possíveis pela vivência e pela convivência com outros indivíduos que pertençam ao lugar. Bentancor reforça a ideia de que o sentimento de pertencimento ao lugar por parte da população local é criado pelo cotidiano, a afirmar que:

El lugar está cargado de sentido, sirve de contexto y da significado a la vida de los individuos que em el habitan. Está marcado por los itinerarios em que el se efectúan, los discursos sostenidos y el lenguaje que los caracteriza. Em general los habitantes de una frontera especialmente de contacto como se da sobre todo entre ciudades gemelas, no realizan sus recorridos, sus reñiones de trabajo, sus espacios de ocio o residencia ciñendose a las áreas definidas o delimitadas politicamente para cada unidad nacional. sus vidas cotidianas escapan a esas limitaciones y se rompe así com las abstracciones conceptuales del Estado, la nación, la cultura nacional, para hacer reaparecer a los sujetos, su quehacer y vida diaria (BENTANCOR, 2010, p. 80-81).

Quando isso não acontece, mais que isso, quando o lugar não possibilita as trocas da vida cotidiana, cria-se para o indivíduo, o não-lugar. Agentes públicos, especialmente da esfera federal (professores universitários, policiais federais, policiais rodoviários federais, agentes da Receita Federal, entre outros) que atuam em determinado local, normalmente não nasceram ou cresceram na cidade onde trabalham. São indivíduos que migraram pelo trabalho, mas muitas vezes sequer conhecem a cidade para onde estão migrando. Portanto, desconhecem totalmente os hábitos, os costumes e o cotidiano do lugar onde passarão a residir e trabalhar, como foi observado na entrevista como o Delegado da Polícia Federal em Ponta Porã (divisa com o Paraguai), da qual reproduzimos o seguinte trecho:

*Antonio Firmino de Oliveira Neto e Quelim Daiane Crivelatti*

De um modo geral os servidores tem uma visão equivocada da fronteira, uma visão ruim, mas isso não chega atrapalhar o trabalho. Para conhecer algo você precisa viver. Os perigos do trabalho têm em todos os locais: São Paulo tem horários nos quais é perigoso até mesmo para policiais. Cada lugar tem seu tipo de perigo. Cidades maiores, que não são de fronteira, você pode correr um risco até maior que aqui (DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL – Ponta Porã, 2013)

Pode-se afirmar que o indivíduo nessa situação possui a identidade de seu lugar de origem, portanto, está intrinsecamente ambientado aos costumes, aos hábitos, às tradições, ao jeito das pessoas, às normativas e ao convívio cotidiano praticados no lugar de onde originou. Somado a isto, esse indivíduo possui uma visão da fronteira como a “fronteira percebida” proposta por Nogueira. Essa visão pode ser identificada no trecho da entrevista com o Inspetor da Receita Federal de Ponta Porã descrito abaixo

Eu não tinha uma visão preconcebida sobre a fronteira, mas os servidores sim. Muitos deles pensam que a fronteira facilita a criminalidade, que é mais perigosa que outras cidades. Mas aqui não é mais violento que Campo Grande, por exemplo. É diferente. É muito difícil para eles escolherem sua lotação inicial por causa disso. [...] Mas, quanto ao estigma da fronteira, a maioria logo percebe que não é bem assim como dizem. (INSPETOR DA RECEITA FEDERAL – Ponta Porã, 2013).

Para mudar da situação do “de fora” e ser acolhido como parte integrante da comunidade para qual migrou e alterar a sua visão para a ótica da “fronteira vivida”, faz-se necessário que o indivíduo se aproprie da identidade fronteiriça, vivenciando o cotidiano do lugar. A participação nos eventos da vida do lugar, nas relações de vizinhança, nas relações com os amigos e conhecidos, no caminhar pelas ruas, no comprar na feira, no participar das festas locais e noutros pequenos atos corriqueiros, como salientou Carlos, permitiria a construção do sentimento de pertencimento ao local.

No entanto, em diálogos e relatos informais, é frequente que agentes públicos que atuam em fronteira expressem

ARTIGO

ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL

repetidamente o desejo de retornar ao “seu lugar” de onde eles estariam ambientados aos costumes, hábitos, tradições, normativas, etc., demonstrando que suas vidas não correspondem ao cotidiano novo e seus hábitos não expressam o sentimento de pertencimento. Neste sentido, o agente público apenas passa pelo local, o que poderia impossibilitar que entenda as ações dos seres fronteiriços.

Outro Delegado da Polícia Federal entrevistado também relata sua dificuldade em inserir-se no cotidiano da cidade, dificuldade essa que já teria sido alertada por seus colegas de academia preparatória:

Eu já tinha experiência policial quando vim para cá, então minha atitude foi um pouco diferente, de primeiro observar. Eu vejo isso mais nos novatos, mas eu também tinha. Saímos da academia e quando falamos que vamos para Corumbá, ou para Ponta Porã, os colegas dizem algo como “Você vai para aquela fronteira? Sinistro! É perigoso. Cuidado com os bolivianos ou paraguaios, eles são perigosos”. Eu andava na rua e ficava “esperto”, “ligado” quando eu via um estrangeiro na rua. E o mesmo eu pensava em relação ao fronteiriço brasileiro: “se tem um negócio, e começa ir bem, alguma coisa errada tem”. Isso mudou quando passei a frequentar os ambientes, ir no restaurante, no mercado, nos espaços sociais. Na polícia, somente temos contato com o ilícito, com o lado ruim da sociedade. Não temos contatos com outros aspectos que não o da ilegalidade, e isso muda quando temos contato com a sociedade local. (DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL - Corumbá, 2013).

A explicação de Carlos sobre a produção do não-lugar pelo viajante parece adequada para explicar a produção do não-lugar pelo agente público.

Em muitos casos a figura do viajante aparece para explicar o sentido último de não-lugar, como aquele da passagem, da não-relação ou mesmo da não-identidade uma vez que o viajante constrói sempre uma visão fragmentada daquilo que vê, instantâneos parciais organizados confusa e fragmentariamente em sua memória. Nesse contexto a viagem construir-se-ia pela relação fictícia entre olhar e paisagem. Assim o espaço do viajante aparecia, para Augé, como arquetípico do não-lugar. Um espaço onde “nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem sentido, onde a solidão é sentida como superação ou esvaziamento da individualidade, onde só o movimento das imagens deixa entrever, por instantes, àquele que as

*Antonio Firmino de Oliveira Neto e Quelim Daiane Crivelatti*

olha fugir, a hipótese de um passado e a possibilidade de um futuro” (CARLOS, 1996, p. 110/111).

Assim, mais que apenas um sentimento de não pertencimento e de desejo do retorno, a visão fragmentada impede ao agente migrante de compreender que a visão percebida da fronteira que ele carrega, deve ser substituída pela visão da fronteira vivida. Este fato pode explicar situações como as relatadas por Costa, que questiona o despreparo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) para lidar com o fronteiro, ao descrever como é feita a abordagem na localidade conhecida como Lampião Aceso, em Corumbá (divisa com a Bolívia):

Com a presença da FNSP, qualquer pessoa dentro do ônibus que sai de Corumbá é um suspeito. Todos são retirados do ônibus com seus pertences (bagagens de mão), colocados em fila e revistados. Em seguida, um cão farejador é introduzido no ônibus fazendo a inspeção completa do mesmo e das bagagens dos passageiros. Perde-se mais de uma hora durante essa etapa (COSTA, 2011, p. 144).

Por outro lado, em observações das abordagens realizadas pela Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) na aduana de Corumbá, foi possível perceber que as abordagens são realizadas menos com o intuito de coibir atos ilegais, e mais com o intuito de intimidar os fronteiros. Em conversas com os agentes, foi possível verificar o senso de firmeza nas ações de abordagem e na certeza de que os instrumentos de segurança são suficientes para garantir que a atividade ilícita tenha êxodo, ao relatarem que:

“A principal dificuldade é de logística e de material [uma vez que a] informação é instantânea. Temos bom treinamento e serviço de inteligência. Evitar que entre [mercadorias ilícitas], pois inibe. Se o cara tenta, é muito louco ou cara de pau” (sic) (AGENTE DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2010).

Esta ação não é apenas decorrente da visão estatal sobre a fronteira como local das práticas ilícitas, mas também reflete a visão do próprio agente público sobre a fronteira e o ser fronteiro. Com sua atitude, o agente expõe uma visão

ARTIGO

**ENTRE A FRONTEIRA VIVIDA E A FRONTEIRA PERCEBIDA:  
OS AGENTES PÚBLICOS NO ESPAÇO DE FRONTEIRA INTERNACIONAL**

equivocada de que a cultura fronteiriça é a cultura do crime e que a fronteira não é local de moradia ou de passagem, mas apenas o local de criminosos.

Por outro lado, é possível deduzir que, a partir do momento em que o agente passe a vivenciar o cotidiano do lugar, ele poderá entender que ser fronteiriço não significa necessariamente sinônimo de ser criminoso. Não é a fronteira e, portanto, os fronteiriços, que se apropriam das ilicitudes, mas essas, a partir das organizações criminosas, que se apropriam da localização favorável dos espaços fronteiriços.

### **Considerações finais**

A fronteira deve ser entendida a partir das relações sociais que possibilitem a apropriação e a produção do sentimento de pertencimento e identitário. Para tanto, existe a necessidade do convívio diário ou da participação nos eventos da vida do lugar, nas relações de vizinhança, nas relações com os amigos e conhecidos, no caminhar pelas ruas, no comprar na feira, no participar das festas locais e noutros pequenos atos corriqueiros. Em outras palavras, fazer parte do cotidiano do lugar, coisas que, pela situação de migrantes e pertencentes a outros lugares, os agentes públicos que atuam na fronteira têm dificuldade em efetivar.

Da mesma forma, as relações próprias, as singularidades da fronteira também podem ser entendidas por quem vive nela, mas, no entanto, o viver por si mesmo não é suficiente para este entendimento. A vivência e a participação no cotidiano fronteiriço são fundamentais para que o agente público possa assimilar e reproduzir as características inerentes à vida na fronteira, contribuindo com a melhoria das condições do lugar. Desta forma, a fronteira somente será percebida pelo agente público que nela atua, quando ele, por meio da vivência cotidiana, se apropriar do lugar.

### **Referências Bibliográficas**

AGENTE DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.  
*Entrevista concedida em local de abordagens.* Corumbá, em 2010.

Antonio Firmino de Oliveira Neto e Quelim Daiane Crivelatti

BENTANCOR, G. *Uma fronteira singular: la vida cotidiana em cidades gemelas: Rivera (Uruguay) y Sant'ana do Livramento (Brasil)*. In, NUÑES, A.; P, M. M.; OLIVEIRA, T. C. M. (orgs). *Dilemas e diálogos platinos*. Dourados: Ed. UFGD, 2010, pp. 73-105.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, E. A. *Mexe com o quê? Vai pra onde? Constrangimentos do ser fronteiriço*. In COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (org). *Estudos fronteiriços*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011, p. 131-148.

DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL – Corumbá. *Entrevista concedida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal*. Corumbá, em 04 de setembro de 2009.

DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL – Ponta Porã. *Entrevista concedida na Delegacia da Polícia Federal de Ponta Porã*, em 01 de fevereiro de 2013.

INSPETOR DA RECEITA FEDERAL – Ponta Porã. *Entrevista concedida na Agência da Receita Federal de Ponta Porã*. Ponta Porã, em 06 de agosto de 2013.

MARTINS, J. S. *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 1996. P. 25-70.

NOGUEIRA, R. J. B. *Fronteira: espaço de referência identitária?* Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 1, n. 2, dez/2007, p.27-41.

OLIVEIRA NETO, A. F. *A ORIGEM DO TERRITÓRIO: A constituição do território na histórica relação entre homem e natureza*. In, COSTA, E. A.; OLIVEIRA, M. A. M. (org). *Seminário de Estudos Fronteiriços*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012 (Coleção Milton Santos 1).

SANTOS, M. *O retorno do território*. In, SANTOS, M; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

**Recebido em: 15/10/2013 - Aceito em: 04/12/2013**

ARTIGO